

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA EM 23.01.09

Às 14:45 horas do dia 23 de janeiro de 2009, no auditório do Centro de Visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (PNI), o Sr Walter Behr, Presidente do Conselho Consultivo do PNI (CC/PNI), e também Chefe do Parque, deu início à Assembleia Geral Extraordinária agradecendo a presença de todos e solicitando que os presentes fizessem sua apresentação individual. Após tal apresentação, lembrou que a assembleia tinha por principal objetivo permitir que a Associação dos Amigos de Itatiaia (AAI) apresentasse ao Conselho a proposta que a Entidade enviou ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), versando sobre a criação de uma Unidade de Conservação (UC) do tipo Monumento Natural em parte da atual área do PNI. 1) Feita esta introdução, o Sr Walter Behr passou a palavra ao Sr Edson Ferreira Santiago, Secretário do Conselho e Conselheiro pela Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), para que fosse dado prosseguimento aos trabalhos. 2) O Sr Santiago, após informar a pauta a ser seguida (Vide Anexo N° 01), solicitou um voluntário para ler a ata da última assembleia, no que foi atendido pelo Sr Sergio Sarahyba, Vice-Presidente do Conselho e Conselheiro Suplente do PNI. 3) Concluída a leitura, realizou-se uma verificação do *quorum* dos conselheiros e a ata da assembleia do dia 05 de dezembro de 2008 foi aprovada por unanimidade, devendo ser providenciada a sua publicação no *site* do Parque. 4) Em seguida o Sr Santiago ressaltou os procedimentos e os tempos a serem cumpridos no desenrolar da assembleia, lembrando que os mesmos eram decorrentes de acordo previamente estabelecido entre os conselheiros da AAI e a Coordenação do Conselho, tudo conforme texto contido na mensagem de convocação da assembleia (Vide Anexo N° 02). 5) A palavra foi passada aos representantes da AAI para que no tempo acordado (sessenta minutos) fosse feita a apresentação da proposta da Entidade, o que foi realizado por intermédio do Sr Igold Knoch e da Sra Leila Heizer. 6) Finda a apresentação, passou-se a um intervalo de trinta minutos, que também serviu para o recebimento, distribuição e ordenação das perguntas a serem feitas aos Conselheiros da AAI e do PNI. 7) No prosseguimento, o Sr Walter Behr, pelo PNI, e as Sra Leila Heizer e Maria Teresa de Mehr, pela AAI, se valeram do tempo estabelecido de sessenta minutos para responderem, alternadamente, às perguntas dirigidas às suas Entidades, as quais eram lidas à plenária pelo Sr Santiago. 8) Registra-se que não haverá necessidade de respostas por e-mail, pois o tempo previsto foi suficiente. 9) No Anexo N° 03 estão listadas as perguntas e respostas. 10) Às 17:55 horas, após a Sra Maria Teresa de Mehr fazer o encerramento pela parte da AAI, o Sr Walter Behr o fez pela parte do PNI e, na condição de Presidente do Conselho, deu por encerrada a assembleia, da qual, para constar, eu, Edson Ferreira Santiago, lavro esta ata, com as presenças abaixo descritas, a qual, após ter sido revisada via e-mail

pelos conselheiros participantes da mesma, será lida para fins de aprovação pelo plenário da próxima assembleia. Itatiaia/PNI, 23 de janeiro de 2009.

Conselheiros titulares presentes, segundo o constante na relação de presenças: Edson Ferreira Santiago (FEMERJ); Luis Felipe Cesar (Crescente Fértil); Maria Rita Pereira (ASPANIT); Walter Behr (PNI); Leila Heizer Santos (AAI); Clarismundo Benfica (APA Mantiqueira); Ivo Pereira Tavares (Associação de Artesãos Macaco Arteiro de Itatiaia); Domingos Andrade Baumgratz (Prefeitura Municipal de Itatiaia); Nilza Macário (AEDB); Marcílio Lisbôa Moreira (CRI); Paulo José Fontanezzi (Prefeitura Municipal de Resende); Vera Lucia Teixeira (CEIVAP); Valderi Pena de Carvalho (AAVMSN); Dora Vidal de Andrade (AHRSI); e Maria Rita Almeida (Alecrim). Total de 15 (quinze) conselheiros titulares, conforme lançamentos na relação.

Conselheiros suplentes presentes, segundo o constante na relação de presenças:

Maria Teresa de Mehr (AAI); Ednamara Maia Gouvêa Keller (APROPANI); Tadeu José da Fonseca (AAVMSN); Izar Aximoff (Prefeitura Municipal de Itatiaia); Sergio Sarahyba (PNI); Isabel de Andrade Pinto (Prefeitura de Itamonte); Agenor Maia de Siqueira (GEAN); Frederico Haroldo Simon (AHRSI); Total de 08 (oito) conselheiros suplentes, conforme lançamentos na relação.

Demais pessoas presentes: Daniel Toffoli (PNI); Igold Knoch (AAI); Norma Knoch (AAI); Tiago Junqueira (AMAN); José Ronaldo Souza (PNI); Paula Vergne (AAI); Sonia Vergne (AAI); Gustavo Tomzhinski (PNI); Helder Costa (AAI); Francine Ramalho (APN); José Luiz Monsores (APN); Mario Mantovani (SOS Mata Atlântica); César Seleri (CEDAE); Sergio Galvão (AAI); Carlos Alexandre Souza (PNI); Helio Vanderlei (Onda Verde); Tiaraju Fialho (Sociedade Civil); Alexandra Andrade (Mosaico Mantiqueira); Nair Dias (PNI); Maria Cândida da Silva (PNI); Manoel Faria (PNI); Marcos Ridon de Carvalho (Prefeitura de Itamonte); Fernando César (Prefeitura de Resende); Luciana Pinto (Sociedade Civil); Francisco Livino (PNSB); Larissa Fernandes (Prefeitura de Itamonte); Maria Agostinho da Silva (PNI); Carlos Sereno (Instituto Tarietá – PBI); Dulce Maia (ECOSSENSO); Jane Müller; Jorge Luiz Rosa (Instituto Tarietá – PBI); José Maurício Valença (SINTRASEF); Edna Maria Silva (SINTRASEF); Elza Maria Silva (PNI); Tatiana Clauzet (AAI); e Lais (CEBRAAF). Total de 36 (trinta e seis) pessoas, conforme lançamentos na relação.

Anexo N° 01 – Pauta da Assembleia

a) Abertura da sessão; b) Leitura, para aprovação, da ata da última assembleia (até 30 minutos); c) Apresentação da proposta pela AAI (máximo de 60 minutos); d) Intervalo (30 minutos); e) Perguntas e respostas (até 60 minutos); f) Encerramento da sessão.

Anexo N° 02 – Procedimentos acordados previamente

a) A apresentação da AAI tem caráter informativo e elucidativo, ou seja, apresentar a proposta e dirimir dúvidas; b) A realização da assembleia não tem por objetivo estabelecer, nessa ocasião, uma posição do Conselho a respeito da proposta da AAI; contudo, isto poderá ser necessário futuramente, em função da conclusão dos estudos e análises em andamento no MMA; c) A realização da assembleia não tem por objetivo obter da Administração do PNI e/ou do Conselho Consultivo uma contraproposta e/ou um posicionamento a respeito do tema; d) A realização da assembleia não tem por objetivo debater, discutir e/ou comentar fatos, atos e situações ocorridas anteriormente na condução do processo; e) As perguntas somente serão feitas por escrito, sendo entregues durante o intervalo. Após o recebimento das perguntas, a Coordenação e os Conselheiros da AAI, em conjunto, definirão a prioridade nas respostas; f) As perguntas serão lidas pelo Vice-Presidente e/ou pelo Secretário do Conselho e respondidas, verbalmente, apenas pelos Conselheiros da AAI e pelo Chefe do PNI; g) As perguntas que por falta de tempo não forem respondidas, o serão por meio de mensagem eletrônica enviada ao interessado; h) Os procedimentos ora pactuados deverão constar da convocação para a assembleia e também lembrados por ocasião da abertura da sessão; i) No texto da convocatória para a assembleia deverá ser dada ênfase à importância do comparecimento dos conselheiros, haja vista a possibilidade de, futuramente, o Conselho vir a ser solicitado a dar seu parecer.

Anexo N° 03 – Perguntas e Respostas

Pergunta dirigida ao PNI

Nair Dias Paim Baumgratz – NEA/PNI: Quais os limites do parque em 37 e 82? Qual a área florestada em relação à área ocupada?

Resposta do Sr. Walter Behr:

O Sr. Walter Behr apresenta um mapa de 1939 que mostra que o Núcleo Colonial Itatiaya (NCI) ficava dentro dos limites do Parque Nacional. Apresenta a seguir a planta completa do NCI com o traçado sul dos limites do parque em 1982, que mostra que parte do NCI ficou fora dos limites de 1982. Em relação à área florestada, apresenta um mapa que mostra que a área florestada é de 97,7%. A área ocupada por edificações públicas é de 2,3% e a área ocupada por particulares é de 1,98%.

Pergunta dirigida à AAI

Sérgio Galvão - AAI: É correta a conclusão de que, ao ter criado o PNI em 1937, o NCI dele não fazia parte? O NCI não fazia parte da Estação Biológica?

Resposta da Sra. Leila Heizer:

Tínhamos, a princípio, informações de antigos moradores de que a Estação Biológica ficava na parte alta e sua sede era aqui, onde é a sede do Parque. Tínhamos também o mapa do Dr. Wanderbilt, que mostra exatamente assim. Na busca por outros documentos para comprovar, conseguimos uma planta do Núcleo Colonial do Itatiaya, em tecido, datada de 1922, difícil de trazer aqui, por que é muito frágil. Ela apresenta uma parte do NCI, onde cada lote tem o nome do proprietário. No lugar da sede do Parque, aparece escrito Estação Biológica do Itatiaya. Continuando a busca, descobrimos, numa publicação de comemoração aos 200 anos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma fotografia bem pequena que está aqui representada que trata da Estação Biológica do Itatiaya, mostrando também os Núcleos Coloniais do Itatiaya e de Mauá. Conseguimos também uma fotografia do original da planta em alta resolução, por cessão formal do Jardim Botânico. Como é apresentada a área da Estação Biológica, de 11943ha, conclui-se, pelo cálculo das áreas, que os núcleos coloniais estavam fora dos limites da Estação Biológica. Esta a informação que consideramos como a mais confiável das que vimos até o momento.

Pergunta dirigida ao PNI

Tiarajú Fialho - ING: Em relação à área florestada, qual o percentual ocupado pelas casas/construções da área do núcleo?

Resposta do Sr. Walter Behr:

A pergunta já foi respondida anteriormente.

Pergunta dirigida ao PNI

Gustavo Tomzhinski - PNI: Qual a diferença em termos de estado de conservação da área do ex-núcleo protegido pelo parque nacional e da área que ficou fora do PNI?

Resposta do Sr. Walter Behr:

O Sr. Walter Behr apresenta uma imagem do Google Earth que mostra que a área do NCI que ficou dentro dos limites do PNI é densamente florestada, como falado antes 97,7%. A imagem mostra também o alto grau de devastação da área que ficou fora do parque.

Pergunta dirigida à AAI

Francisco Livino – Parque Nacional da Serra da Bocaina: Foi levantado pelos estudos da AAI o esforço dos colonos para a conservação da biodiversidade local. Com base nestes mesmos estudos é possível responder o porque deste esforço ter sido especialmente bem sucedido no NCI e não ter se repetido nos demais, tais como Penedo e Mauá?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

Em 1908, quando os núcleos foram criados, os colonos acharam terras desmatadas por causa das carvoarias na parte alta, e pelo cultivo de café e a

pecuária na parte baixa. O que não estava desmatado, eles desmataram para uso agropecuário. Em 1916, quando os núcleos foram emancipados devido ao fato da agropecuária não ter dado certo, os colonos que ficaram e os novos proprietários mudam o foco de utilização da terra, começam a se dedicar ao turismo e a reflorestar as terras. Em 1937, quando o parque chegou, o turismo já estava consolidado e o processo de reflorestamento já tinha 21 anos. Obviamente a criação do parque teve o papel importantíssimo de garantir a continuidade do reflorestamento e preservação ocorridos entre 1916 e 1937. Desafortunadamente isso não aconteceu em Penedo e Mauá. O Monumento Natural é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que vai garantir o mesmo grau de preservação do parque, sem perigo dessa área ser devastada.

Pergunta dirigida ao PNI

Jane Liliane Müller – Membro da Sociedade: Onde se encontram os atrativos de visitaçao do parque, em relaçaõ à área externa ao parque?

Resposta do Sr. Walter Behr:

O Sr. Walter Behr apresenta novamente o mapa com as áreas florestadas e as áreas ocupadas, e mostra onde fica a porteira, o Mirante do Último Adeus, o caminho de acesso aos atrativos próximo ao Centro de Visitantes, o Lago Azul, Cachoeira do Poranga, Cachoeira da Maromba e Véu de Noiva. Esses são os principais atrativos da parte baixa do parque nacional. A proposta estaria retirando todos estes atrativos do parque nacional.

Pergunta dirigida à AAI

Daniel di Giorgi Toffoli - PNI: Há quantos anos os representantes da AAI no Conselho moram no parque?

Resposta da Sra. Leila Heizer:

Eu sou uma das representantes da AAI no Conselho e moro no parque há 6 anos. A propriedade existe há muito mais tempo, mas eu a adquiri há 6 anos. A outra representante da AAI no Conselho, a Dora, nasceu no parque.

Pergunta dirigida ao PNI

Sonia Maria Vergne - AAI: Considerando que: 1º- A AAI tomou conhecimento pela imprensa, da intenção de desapropriação e desmonte das propriedades particulares. 2º - que o Ministério do Meio Ambiente solicitou uma proposta à AAI, qual a origem da proposta de desapropriação? Quais são os seus termos?

Resposta do Sr. Walter Behr:

A origem é o que está na legislação. O primeiro parágrafo do artigo 11 da lei do SNUC diz claramente que as áreas de um parque nacional devem ser de posse e domínio públicos. Outras unidades de conservação podem abrigar propriedades, mas não num parque nacional, justamente porque afeta a

preservação da área. Por estar previsto na legislação, a desapropriação das áreas particulares é uma das prioridades dos gestores.

A Sra. Sonia Vergne diz que a pergunta não foi respondida. Quais são os termos, o que significa a desapropriação? Se veio apenas pela imprensa, qual a origem? De onde veio a proposta?

O Sr. Walter Behr continua respondendo: uma equipe técnica do ICMBio definirá as prioridades no processo de regularização fundiária do PNI. Posteriormente o governo destina, através de compensação ambiental, conversão de multa ou compensação de reserva legal, os recursos para poder, dentro das prioridades estabelecidas, desapropriar as áreas. Esse é o procedimento normal de regularização fundiária das unidades de conservação.

Pergunta dirigida à AAI

Nair Dias Paim Baumgratz – NEA/PNI: Quantos proprietários do ex-Núcleo Colonial realmente moram no PNI? Que percentual representa em relação ao número total de moradores?

Resposta da Sra. Leila Heizer:

Essas informações já foram dadas de forma aproximada pelo chefe do Parque, mas o número é muito maior do que este e eu não sei precisar. Tem os proprietários residentes, os caseiros e funcionários dos hotéis.

Pergunta dirigida ao PNI

Paula Vergne - AAI: O que mudaria, para a proteção do meio ambiente, desapropriar para depois conceder os imóveis à iniciativa privada? Porque sustentar esta idéia?

Resposta do Sr. Walter Behr:

Esta possibilidade depende do que estiver previsto no plano de manejo que está sendo atualizado. Nele vai ser prevista a destinação dos imóveis a serem desapropriados. Os estabelecimentos comerciais poderão vir a ser utilizados como equipamentos de visitação ao parque nacional, e poderão ser incorporados mediante concessão. Muitos imóveis podem ser aproveitados para apoio à visitação. Outros deverão ser retirados do Parque por estarem construídos em áreas de preservação permanente ou em áreas com desmembramentos irregulares.

Pergunta dirigida à AAI

Francine Ramalho -Associação Patrimônio Natural: Porque não se pensou numa proposta de recategorização da área do núcleo voltado à incentivar a criação das RPPN's, já que esta categoria também é considerada pelo Estado, como Unidade de Conservação de Proteção Integral?

Resposta da Sra. Leila Heizer:

A idéia é muito interessante. Nós não fizemos esta proposta, primeiro, porque da mesma forma que para Área de Proteção Ambiental - APA, seria preciso um recorte nos limites do Parque. Além disso, nós ainda não sabemos como trabalhar com as RPPNs, porque são vários proprietários, mas de repente, se for viável, pode-se estudar.

Pergunta dirigida ao PNI

Sérgio Galvão - AAI: Considerando que a história do NCI revela que sua ocupação é um exemplo de sustentabilidade e melhorias do meio ambiente e, considerando ainda, que através, dos termos de ajustamento de conduta e dos termos de compromisso, seria controlado o pleno direito de propriedade, porque não concordar com a proposta de Monumento Natural?

Resposta do Sr. Walter Behr:

Essa resposta está sendo preparada por uma equipe técnica do Instituto Chico Mendes, em conjunto com uma equipe técnica do PNI da qual eu faço parte. O trabalho será finalizado em março quando será apresentada ao MMA e posteriormente ao Conselho Consultivo e à sociedade toda a argumentação em relação à proposta, em relação às alternativas. É por isso que eu não vou responder neste momento, apesar de ter muita vontade em comentar diversos aspectos.

Pergunta dirigida à AAI

Luis Felipe César – Crescente Fértil : Como a proposta poderá impedir o parcelamento de terras privadas e o conseqüente aumento da ocupação da área?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

O Monumento Natural terá como qualquer Unidade de Conservação um Plano de Manejo com objetivos claros e nele estará claramente estipulado se pode fazer um parcelamento ou uma nova construção. Eu imagino que não! Neste momento, temos um acordo de cavalheiros, uma lei implícita, segundo a qual não pode ter um aumento de área ocupada nas nossas propriedades.

Pergunta dirigida ao PNI

Teresa Cristina Galvão - AAI: A recategorização do NCI para Monumento Natural dispensaria gastos por parte do Estado, colocaria a área sob proteção total, o mesmo nível de proteção de Parque Nacional, resolveria rapidamente o problema do controle da região por parte da administração do parque, sob pena de desapropriação. Porque que motivos, o parque é contrário à esta solução consensual e irrecusável?

Resposta do Sr. Walter Behr:

Existem certamente alternativas melhores para a conservação, e elas estão sendo estudadas. Este é o início de um processo no qual esta participação da sociedade que vemos aqui é fundamental, porque vai resultar num fato

histórico não só para o parque, mas para o ambientalismo brasileiro. Está de fato em jogo a integridade do primeiro parque nacional do Brasil e, sendo assim, nossa resposta vai ser dada de forma muito consistente, e com alternativas realmente viáveis e práticas. Temos realmente que desfazer um passivo de mais de 70 anos.

Pergunta dirigida à AAI

Nilza Macário - AEDB: Considerando-o “possível” o ponto negativo da terceira proposta, existe a preocupação com uma agenda de discussão prévia junto à comunidade envolvida, para a minimização da delonga no processo?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

Nós esperamos, como o Sr. Walter Behr acaba de falar, que este seja o início de um processo de diálogo, de um processo que se resolva participativamente. Não é o Instituto Chico Mendes vir com uma solução, já com o decreto, com a lei, cumpra-se! Queremos participar, que toda a sociedade, toda comunidade participe realmente, não só no final com uma consulta pública, mas do processo da construção da solução. Não estamos falando que a nossa proposta seja a solução, e acreditamos que se sentamos numa mesa e discutimos alternativas possíveis, teremos a melhor solução porque foi construída em conjunto. A mesma lei do SNUC ressalta que deve ter sempre um processo participativo. Penso que não dá para encurtar o processo, ele vai ser um processo longo, mas que vai trazer a solução de um conflito, e que com certeza, tomando as palavras do Sr. Walter Behr, seria um exemplo para o ambientalismo brasileiro. Porque a integridade do parque não está ameaçada!

Pergunta dirigida ao PNI

Paulo José Fontanezzi -AMAR: Quais as implicações para o PNI quanto da proposta de ser transformada a área em Monumento Natural?

Resposta do Sr. Walter Behr:

As consequências fazem parte dos argumentos que vão ser colocados na resposta que estaremos entregando em março. É um compromisso nosso dar esta resposta com todos os detalhes.

As perguntas ao PNI terminaram.

Pergunta dirigida à AAI

Maria Agostinho da Silva – ICMBio PARNA Itatiaia: Quantos descendentes legítimos moradores do NCI há? O desmembramento do PNI x Núcleo Colonial do Itatiaia será um bom exemplo para outros parques nacionais brasileiros? Poderá ser copiado na Amazônia, Cerrado e outros? Não abre um formidável precedente para outros parques nacionais?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

Tem ainda 2 ou 3 perguntas do mesmo teor. Quantos descendentes legítimos dos colonos originais ainda tem? O que quer dizer legítimo? Eu, que venho da Colômbia, através da Alemanha, no tenho o nome Walter - que é o único nome de colono original que conheço- no meu certificado de nascimento. Por este fato, de não ser da linha sanguínea dele, eu não sou descendente legítima desses primeiros moradores daqui? Eu me considero descendente legítima desses moradores, e todos nós nos consideramos, porque o que nós estamos herdando deles não é o sangue nem o nome, nós estamos herdando deles a tradição que eles colocaram aqui, uma tradição que é muito européia, de hospitalidade e de preservação do meio ambiente. A Europa é conhecida faz muito tempo, por esta forma tão consistente com a qual as pessoas cuidam, amam seu meio ambiente. Os colonos que vieram aqui da Europa, tinham este sentimento, e todos nós, que compramos terras, que compramos legalmente, que pagamos IPTU ou ITR e estamos registrados nos cartórios, fizemos por isso, por amor a esta natureza e por fazermos parte do legado da tradição que estas pessoas deixaram aqui. Por tanto a resposta, de quantos descendentes legítimos existem é: Tantos quantos moradores temos hoje aqui no parque.

A Sra. Leila Heizer complementa:

Eu acho que o bom exemplo que nós vamos dar, eu acho que é esta discussão. Eu acho que isso tem que haver em todo lugar. A forma como o parque foi ampliado em 1982 não é um bom exemplo. Ele foi um exemplo onde se estudou e se indicou um caminho e foi feito um outro caminho. Mas em 1982 era esse o procedimento, vinha de cima para baixo. Agora nós estamos aqui para discutir. Nós esperamos que o Ministério do Meio Ambiente faça uma análise técnica sim. É muito importante o MMA mostrar os pontos positivos e os negativos e nos orientarem. Depois disso, nós vamos estar aqui novamente discutindo.

Mas cada caso é um caso. Dentro do próprio Parque, em uma outra área, pode haver um caminho diferente. Depende da situação da área, da conservação ambiental. Nesse caso propomos um Monumento Natural. Porque? Porque Monumento Natural é do grupo de proteção integral. A área merece. Agora, outras áreas podem não merecer. É o caso de se estudar e fazer as propostas adequadas.

Nós sabemos que quase todas as unidades de conservação tem este mesmo tipo de problema (regularização fundiária), e que se houver uma discussão clara, eu acho que todos vão sair ganhando.

Pergunta dirigida à AAI

Carlos Alexandre (PARNA Itatiaia): Quantos proprietários atuais descendem dos imigrantes que compraram lotes originais do ex-Núcleo Colonial?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

Já foi respondida esta pergunta na resposta anterior.

Pergunta dirigida à AAI

Tiarajú - ING: Quantas, das atuais propriedades particulares existentes dentro do PNI ainda estão na posse dos proprietários ou descendentes originais? As propriedades existentes obedecem ao módulo rural?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

Dos descendentes dos colonos de 1908, não tem nenhum. Depois de 1916 vieram , Simon, Donati, Spanner, Zikan. Deles sim temos descendentes.

Quanto aos módulos rurais, tem uma mistura, algumas propriedades são ainda rurais, outras urbanas. No processo de ocupação da terra, a partir de 1950, os proprietários que viviam do turismo rural ou de outras atividades que já não eram mais a agropecuária, começaram a dividir e vender suas terras. Mas essas divisões são legais e estão registradas em cartório. Todas as propriedades que foram desmembradas e foram convertidas em urbanas tem o registro: “desmembrada a propriedade tal, da gleba tal, do lote tal do Núcleo Colonial do Itatiaia, na parte urbana do município de Resende”.

A Sra. Leila Heizer complementa:

Essas irregularidades não existem. Os registros estão nos cartórios. Eu, por exemplo, pago IPTU normalmente, à Prefeitura de Itatiaia.

Pergunta dirigida à AAI

Nair Dias Paim Baumgratz – NEA/PNI: Pela própria apresentação do histórico da colonização, que ano passado completou 100 anos, ficou caracterizada a recuperação da biodiversidade neste período. Vocês não acham que pautar pontos positivos num plano de manejo ultrapassado, não fica tendencioso?

Resposta da Sra. Leila Heizer:

Na verdade, o plano de manejo que nós temos é esse, de 1982. Então é esse que nós temos que seguir, não é mesmo? Nós tivemos um cuidado muito grande com a legalidade e se pautou no plano de 82. É claro que atualmente as condições naturais da área estão bastante boas, como se vê na imagem do Google. E ainda vai ficar muito mais sadia quando tivermos o conflito resolvido, com termos de ajustamento de conduta e de compromisso firmados, para solucionar questões como de animais domésticos que ainda existem.

Recentemente nós tivemos aqui uma visita de uma analista ambiental do Instituto Chico Mendes, chamada Lourdes Ferreira, e ela estava fazendo um monitoria, exatamente o que se espera, que é uma avaliação da situação atual, para poder comparar com este plano de manejo de 82, e até para preparar o plano de manejo que vai ser refeito agora.

Pergunta dirigida à AAI

Elza Maria Corrêa (PNI): Gostaria de saber se os proprietários teriam condições financeiras, para arcar com a proteção das terras, conter os caçadores, os palmiteiros, a manutenção geral da área, manutenção das

estradas, na proteção dos turistas e a proteção da biodiversidade? Onde, no SNUC aparece categoria de Parque Natural como categoria de Proteção Integral?

Resposta da Sra. Leila Heizer:

A lei do SNUC determina que existem dois grupos de unidades de conservação: de proteção integral e de uso sustentável. Monumento Natural está no grupo de proteção integral. Realmente, para nós arcarmos com tudo isto sozinhos é difícil. Na realidade, o que aconteceu ao longo dos anos, é um trabalho intenso dos hoteleiros e também dos proprietários das casas na proibição da caça e do corte dos palmitos, além do controle dos incêndios, em parceria com as administrações do Parque. As articulações para manutenção das estradas também fica por conta da associação. E essa que é a beleza da integração do homem e a natureza, e uma unidade de conservação que a gente tem muito carinho.

Pergunta dirigida à AAI

Alexandra Andrade (Mosaico Mantiqueira): Dos 1.300 há propostos para a recategorização, quanto está hoje ocupado por estruturas e moradias? Quantas dessas moradias são a residência real ou principal dos proprietários? E quantos são os moradores residentes, e quantos são proprietários de casa de veraneio?

Resposta da Sra. María Teresa de Mehr:

Fizemos uma estimativa e dentro das áreas particulares, 1000 há, temos um total de 32.000m² de construção, ou seja, uma percentagem de ocupação de 0,32%. Pode parecer pouco, mas são 32.000 m² de construção, casas, impermeabilizações, caminhos, estradas. Se a proposta do governo fosse: vamos tirar os 32.000m² de pedra, de alvenaria, de madeira, vamos tirar isto do parque, junto com as edificações do parque, vamos retirar todo este entulho e vamos fechar esta área por 50 anos, eu acho que todos sairíamos. Mas esta não é a proposta, se não a desapropriação. O restante da pergunta já fora respondido anteriormente.

-X-X-X- FIM DA ATA DA ASSEMBLÉIA DO CC/PNI – 23.01.09 –X-X-X-